



• ELEIÇÕES

NOVAS MULHERES NO CONGRESSO, TRÊS VÃO PARA O SENADO

Páginas 4, 5 e 6

- Quatro mulheres disputam governos estaduais no 2º turno;
- Nas Assembléias, mulheres passam de 57 para 82 deputadas;
- Benedita da Silva, a primeira senadora negra da história brasileira.
- Quatorze deputadas federais foram reeleitas.



Maria Laura (PT/DF), uma das reeleitas para a Câmara dos Deputados.

• FHC promete implantar o PAISM no País

Página 3

• Planejamento Familiar: urgência para votação

Página 2

Editorial

Palavras do candidato nas mãos do Presidente

A terceira página desta edição é dedicada aos compromissos firmados no Programa de Governo do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, sobre a mulher. FHC diz que, em seu governo, os casos de aborto legal serão atendidos pela rede pública de saúde, que o PAISM será implantado em todo o país, promete eliminar todas as referências discriminatórias à mulher dos livros didáticos, e incorporar as creches aos programas habitacionais.

Acometidas por uma descrença "natural", não reagimos aos bons propósitos de FHC. Relemos a matéria e os anticorpos feministas começaram a atuar. Nossa saúde cidadã, já em franca recuperação, tirou-nos da apatia.

Restabelecidas, nos perguntamos: é para acreditar?

O presidente eleito, com sua equipe, está definindo o novo governo - estrutura, recursos e prioridades. O programa do então candidato é um dos parâmetros importantes para estas definições, mas não é o único. Ele resulta da expressão política que as mulheres alcançaram na sociedade e, especificamente, na coligação que elegeu Fernando Henrique.

Transformar o programa em comprometimento efetivo, depende de vontade política que, por sua vez, determina a estrutura e os recursos que serão alocados para cada fim.

É tarefa que não pode ser confiada exclusivamente ao presidente eleito e sua equipe, mas requer o empenho do movimento de mulheres como um todo. Não é para acreditar, se quiser... É para fazer acontecer.

Planejamento Familiar

Urgência para votação

O movimento de mulheres tem boa chance de ver aprovado, ainda este ano, o Projeto de Lei 114/94, sobre Planejamento Familiar que, na Câmara Federal, foi protocolado como PL 209/91. O senador Amir Lando (PMDB/RO) relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), encaminhou à Mesa do Senado, no último dia 19 de outubro, um requerimento para a matéria ser incluída na Ordem do Dia. Se o pedido do senador for aprovado, o projeto será votado pelo **Plenário**, dispensando a apreciação do tema pela Comissão.

A informação foi obtida pelo CFEMEA, que foi recebido em audiência pelo senador Amir Lando. Naquela oportunidade, o Centro foi informado que o parecer do relator é favorável à aprovação da matéria na íntegra que tem como autor principal o deputado Eduardo Jorge (PT/SP). Ou seja: tal qual o texto foi aprovado na Câmara (leia mais informações no Fêmea nº 16, de Junho/94). O senador Amir Lando informou também que rejeitou as emendas apresentadas pelo senador Marco Maciel (PFL/PE), que limitavam apenas ao casal os serviços de planejamento familiar.

O presidente da CAS, senador Juthay Magalhães (PSDB/BA), e o relator Amir Lando, estão de acordo em relação ao requerimento para a inclusão do Projeto de Lei na Ordem do Dia do Plenário e acreditam que, de fato, a matéria possa ser apreciada em regime de urgência e votada até o final do ano. Para tanto, é necessário que os líderes encaminhem ao plenário o pedido de urgência, o que só deve se concretizar após o segundo turno das eleições, dia 15, quando deverá haver quórum no Plenário do Senado. Depois disto, a votação do projeto pode ser convocada para qualquer instante. Temos de ficar atentas. Se não houver alterações no texto, o projeto será enviado

para promulgação e vira lei.

Antes de chegar ao Senado, os pontos polêmicos, que *travavam* a apreciação do projeto na Câmara, foram negociados pelo Colégio de Líderes e alterados para agilizar sua tramitação. Esperamos que o PLC 114/94 seja aprovado em sua versão original pelo Senado. E, de fato, temos urgência. Em breve será votado o orçamento para 1995 e precisamos garantir recursos, na área de saúde, que assegurem a efetiva implantação do Planejamento Familiar no país.

Projeto pode ser votado este ano: pedido foi encaminhado à Mesa do Senado.

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 602 - Brasília, DF

Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Projeto - DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável:

Mariene Libardoni, Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Íris Ramalho Cortês e Malô Ligocki

Conselho Consultivo:

Parlamentares: Deputada Benedita da Silva, Jandira Feghalli, Luci Choinacki, Maria Luiza Fontenele, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadora Marluce Pinto e Senador José Paulo Bisol.

Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse

Concenza, Heleieth Saffioti, Lídice da Mata, Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro e Zulaicé Cobra Ribeiro.

Comitê de Especialistas:

Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menegucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô Moraes, Paola Capelin Giuliano, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Conselho Editorial: Guacira César de Oliveira e Gilda Cabral

Jornalista: Márcia Turcato, Reg. 4553/1591 RS

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Brasileiro

Apoio: FUNDAÇÃO FORD, FUNDAÇÃO MAC ARTHUR e UNIFEM.

Presidente eleito

A mulher no projeto de FHC

Enfim, o movimento de mulheres tem a oportunidade de conhecer o projeto de governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) nos aspectos específicos de nosso interesse. Vale lembrar que na edição de agosto do FÊMEA, em plena campanha eleitoral, procuramos os então candidatos à Presidência da República melhor colocados nas pesquisas de opinião, além de seus assessores, para saber qual o espaço reservado à mulher em seus programas de governo, mas nada conseguimos no Comitê de FHC.



A Assessoria de Imprensa e Relações Públicas de Fernando Henrique Cardoso informou, naquela ocasião, que o programa de governo tucano ainda não estava pronto e, para compensar, nos entregou a publicação "O Real e o Sonho", com o discurso que FHC proferiu no Memorial JK em 28 de julho, sobre questões econômicas. Agora, eleito com 34.377.198 votos o que representa 54,3% das cédulas válidas em todo o país, dispensando a realização do 2º turno, finalmente sabemos qual é o projeto do novo governo através do "Capítulo V - Mulher: Mãos à Obra, Brasil", de quatro páginas, inserido no "Programa de Governo de FHC", que tem mais de 300 páginas. Seguem os principais aspectos do programa para a leitora conhecer e cobrar:

Trabalho e habitação

FHC quer fiscalizar o cumprimento dos direitos trabalhistas, principalmente no meio rural; desenvolver políticas de emprego e capacitação profissional para as mulheres, com "prioridade para as chefes de família e mães solteiras"; e garantir a igualdade nos programas governamentais de crédito para pequenas produtoras rurais e pequenas e micro-empresárias.

Quanto ao setor habitacional, o presidente eleito quer incorporar aos programas de moradia popular do governo a construção de creches e apoiar iniciativas de grupos de mulheres em projetos de construção ou melhorias habitacionais em sistema de mutirão.

CNDM

A grande notícia diz respeito "à redefinição e valorização do papel do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)", antiga reivindicação do movimento de mulheres, que enfrentou total resistência durante o governo Fernando Collor e progressivos obstáculos do presidente Itamar Franco, colocados pelo então Ministro da Justiça Maurício Corrêa, e que permanecem até hoje. Conforme o projeto de FHC, a proposta pretende "dar suporte e reafirmar compromissos com a implementação de ações concretas com vistas a uma melhor integração da mulher na sociedade".

Educação e violência

FHC diz que promoverá uma ampla reavaliação dos livros didáticos e dos conteúdos programáticos dos cursos, "retirando qualquer referência discriminatória sobre a mulher"; apoiará, em articulação com estados e municípios, programas de alfabetização para as mulheres no meio rural; e desenvolverá campanhas de educação sexual e saúde reprodutiva, envolvendo escolas e comunidades.

Quanto a violência praticada contra a mulher, o presidente eleito pretende desenvolver campanhas nos meios

de comunicação, sobre as diferentes formas de violência existentes, principalmente a doméstica; apoiar a implementação de programas de capacitação para profissionais que atuam nos serviços públicos de atendimento à mulher em situação de violência; apoiar a implantação e equipar das Delegacias de Defesa da Mulher em todo o país; estimular a disseminação das Casas de SOS, apoiando iniciativas das comunidades para o combate à violência no lar; e garantir o "cumprimento das convenções e tratados internacionais de Defesa dos Direitos da Mulher dos

Aborto

O "Capítulo V" prossegue analisando mais cinco pontos do interesse do movimento, são eles: saúde, trabalho, habitação, educação e violência contra as mulheres. Na área da saúde, o governo FHC pretende implantar em todo o país o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher PAISM, criado em 1983, de forma descentralizada e municipalizada. Outra antiga reivindicação do movimento de mulheres.

Ainda neste item, o novo governo promete implementar o Sistema de Informação e Registro da Saúde da Mulher; criar um programa de emergência para diminuir a mortalidade materna e instalar, em todos os hospitais públicos, serviços de atendimento para os casos de aborto previstos em lei; implementar o Programa Nacional de Parto, criado no Ministério da Saúde em 1991; desenvolver campanhas educativas sobre a prevenção do câncer uterino e de mama e da gravidez na adolescência; disseminar informações e orientação sobre Aids; incluir o diagnóstico do exame anti-Aids na rotina de atendimento à mulher; e garantir o acesso da mulher aos métodos anticoncepcionais nos postos de saúde, com acompanhamento médico e orientação sobre seus demais direitos reprodutivos.

MULHERES

Elas se empenharam ao máximo, enfrentando o conservadorismo de muitos partidos políticos e de muitas famílias, mas conseguiram ser eleitas para o Congresso Nacional nas eleições de 3 de outubro. Algumas destas mulheres ainda terão de enfrentar as urnas novamente no dia 15 de novembro, já que quatro disputam o governo em seus estados. Um fato inédito: o Brasil nunca teve uma governadora, no máximo, vice. No segundo turno, em 15 de novembro, estarão Roseana Sarney (PFL/MA), Ângela Amin (PPR/SC), Lúcia Braga (PDT/PB) e Lúcia Vânia (PP/GO). Nas Assembleias estaduais o desempenho também foi bom, passando de 57 para 82 deputadas, se considerarmos as que estavam eleitas no estado do Rio de Janeiro.

Das 869 mulheres inscritas para participar destas eleições gerais, entre 11.964 candidatos,

Duas das senadoras eleitas serão debutantes em Brasília, mas não na vida política, onde já foram testadas nas urnas em eleições anteriores. A acreana Marina Osmarina Silva, do PT, deputada estadual, que chega ao Senado com o recorde – para o seu estado, de 64.436 votos, e a gaúcha Emília Fernandes, do PTB, vereadora, eleita com 1 milhão e 200 mil votos. Moradora em Santana do Livramento, fronteira com o Uruguai, Emília ficou com 91,3% dos votos válidos destinados ao Senado em sua cidade. A terceira das senadoras, Benedita da Silva (PT/RJ), fez escola na Câmara Federal e chega ao Senado respaldada por dois milhões de votos, bem mais dos que os obtidos por Marcello Alencar (PSDB) para o governo do Rio de Janeiro. É a primeira mulher negra na história do Senado.

Entre os partidos que elegeram mulheres para o Congresso Nacional, o que reservou maior número de vagas para o registro de candidatura de mulheres foi o PT: 161, elegendo dez delas, sendo duas senadoras; depois vem o PMDB com 75 mulheres e oito eleitas para a Câmara Federal; o terceiro foi o PDT, 65, cujo resultado ainda não é conhecido; o quarto foi o PSDB, que reservou 58 vagas e conseguiu eleger quatro deputadas; em quinto o PPR, que

Resultado da

PT	Estado	Cargo
Ana Júlia	PA	Deputada
Benedita da Silva (eleita senadora)	RJ	Senadora
Ester Grossi	RS	Deputada
Joana D'Arc	MG	Deputada
M ^a da Conceição Tavares	RJ	Deputada
Maria Laura (reeleita)	DF	Deputada
Marina Silva	AC	Senadora
Marta Suplicy	SP	Deputada
Sandra Starling (reeleita)	MG	Deputada
Telma de Souza	SP	Deputada
PMDB		
Elcione Barbalho	PA	Deputada
Lídia Quinan	GO	Deputada
Maria Elvira	MG	Deputada
Marisa Monteiro	MS	Deputada
Rita Camata (reeleita)	ES	Deputada
Simara Hellery	BA	Deputada
Teté Bezerra	MT	Deputada
Zila Bezerra (reeleita)	AC	Deputada
PSDB		
Ieda Crusius	RS	Deputada
Josefa dos Santos Cunha	AL	Deputada
Mariinha Raupp	RO	Deputada
Zulaiê Cobra Ribeiro	SP	Deputada
PPR		
Alzira Everton	AM	Deputada

NA TRIBUNA

representando 21 partidos políticos, 32 foram eleitas para a Câmara Federal, aumentando em três a representação feminina. No Rio de Janeiro, onde o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou a ocorrência de fraude, haverá nova eleição. Assim, o número preliminar de 32 deputadas baixa para 28. Antes da decisão do Tribunal, estavam eleitas Cidinha Campos e Márcia Cibilibis Viana, do PDT, Jandira Feghali, do PC do B, e Regina Gordilho, do PRONA. Caso seus nomes não se confirmem, ou outras candidatas se elejam, muda a composição da bancada feminina na Câmara.

Entre as mulheres que concorreram para o Senado, quatro conquistaram a vaga – onde já está a senadora Júnia Marise (PDT/MG). No máximo, o Senado conviveu com três mulheres no mesmo período: a própria Júnia, Marluce Pinto (PTB/RR), reeleita, e a suplente de Fernando Henrique Cardoso, Eva Blay (PSDB/SP). Agora são cinco.

a Bancada

Célia Mendes (reeleita)	AC	Deputada
Maria Valadão (reeleita)	GO	Deputada
PFL		
Fátima Pelaes (reeleita)	AP	Deputada
Marilu Guimarães (reeleita)	MS	Deputada
PDT		
Cidinha Campos (reeleita)*	RJ	Deputada
Márcia Cibilibis Viana (reeleita)*	RJ	Deputada
PC do B		
Jandira Feghali (reeleita)*	RJ	Deputada
Socorro Gomes (reeleita)	PA	Deputada
PTB		
Emília Fernandez	RS	Senadora
Marluce Pinto (reeleita)	RR	Senadora
PSB		
Raquel Capiberibe	AP	Deputada
PSC		
Márcia Marinho	MA	Deputada
PRONA		
Regina Gordilho (reeleita)*	RJ	Deputada

Total: 32 deputadas federais e 4 senadoras. Os nomes com asteriscos, candidatas do Rio de Janeiro à reeleição, são aqueles que terão que se submeter às urnas novamente.

elegeu três deputadas entre suas 55 candidatas; em sexto lugar aparece o PFL com 41 candidatas, entre as quais elegeu duas deputadas; em sétimo o PRONA, que registrou 38 candidaturas femininas e aguarda o resultado da nova eleição carioca; empatados na oitava colocação aparecem PSC e PTB, que apresentaram 35 candidatas, mas o primeiro elegeu apenas uma deputada e o segundo duas senadoras; em nono, o PSB, que entre 27 mulheres inscritas, fez uma deputada, e por último o PC do B haiva eleito duas deputadas, sendo uma do Rio de Janeiro, e inscreveu 22 mulheres como candidatas.

Sem mulheres

Os partidos que não elegeram nenhuma mulher para o Congresso Nacional foram: PL, PMN, PP, PPS, PRN, PRP, PSD, PSTU, PTRB e PV. O resultado final indica que entre 513 deputados federais, apenas 28, até o momento, são mulheres, uma proporção de 5,5%. Entre 81 senadores, haverá cinco mulheres: 6,17%, um índice praticamente idêntico ao da Câmara e que também se assemelha ao crescimento de mulheres inscritas nesta campanha, em relação ao de homens, que foi de 7%, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Congresso

Caras Novas



Emília, a professora que comemora o "8 de março" na fronteira do Brasil com o Uruguai.

Da escola ao Senado

A gaúcha Emília Fernandes, 45 anos, dois filhos e três netos, além de um marido policial, concilia a vida familiar com 12 anos de trabalho como vereadora depois que parou de lecionar com a presidência do Grupo Internacional de Mulheres Livres e Conscientes do Uruguai e Brasil e a direção regional do Centro dos Professores Públicos do Rio Grande do Sul (CEPERGS), um organismo sindical com milhares de filiados.

Emília define-se como feminista e atribui sua surpreendente vitória nas urnas à confiança do PTB em seu trabalho, especialmente o presidente do partido no Rio Grande do Sul, o radialista Sérgio Zambiasi eleito deputado estadual e à credibilidade que as mulheres de outros partidos perceberam em sua militância: "Tive 91,3% dos votos válidos para o Senado em Santana do Livramento sua cidade o que mostra que minha candidatura foi suprapartidária", informa.

Idealizadora da comemoração do "8 de março", Dia Internacional da Mulher, no Parque Internacional ampla praça que separa o Brasil do Uruguai, Emília pretende defender os interesses da mulher no Senado. "Quero criar uma nova consciência no Congresso, buscando a igualdade sem ignorar as diferenças", avisa. Um dos resultados de seu trabalho como vereadora e feminista em Santana do Livramento foi a implantação de um cartório, dentro da Delegacia de Polícia, atendido por policiais femininas, exclusivo para registrar ocorrências levadas por mulheres, principalmente casos

de violência.

Em relação ao assédio sexual, a nova senadora tem convicção de que se trata de um crime e, como tal, deve ser denunciado e penalizado. "O relacionamento entre gêneros tem de ser cordial, em qualquer lugar. Não há necessidade de assédio, de pressão, de intimidação".

A seringueira

Marina Silva, 36 anos, dois casamentos, quatro filhos, senadora do PT eleita pelo Acre com 64.400 votos, tem uma trajetória política meteórica. Aliás, de vida mesmo. Analfabeta até os 16 anos de idade, trabalhando em seringal com a família pai, mãe e 13 irmãos, Marina foi para a capital, Rio Branco, trabalhar como empregada doméstica para cursar o Mobral

Depois, entrou como noviça no Convento das Servas de Marias Reparadoras e concluiu o 2º grau em meses. Aos 26 anos, Marina estaria formada em História pela Universidade do Acre e lecionando na própria faculdade. O interesse pela política surgiu assim que começou a estudar.

Em 1984, fundou a seção acreana do PCR Partido Comunista Revolucionário, facção do PT, agora extinta, idealizada pelo deputado José Genoíno. Amiga do líder seringueiro Chico Mendes, assassinado em 89, a nova senadora vai atuar no Congresso em defesa das atividades sindicais, principalmente dos extrativistas do Norte do país. Também se considera uma feminista, mas não uma militante.

Emília: "Quero criar uma nova mentalidade no Congresso".
Marina: "Em defesa das atividades sindicais".



Marina, do Mobral para a Universidade e o Congresso.

Pequim '95

Muitas mãos, muitos olhares, muitas cabeças

Foi transferida para os dias 5 e 6 de novembro, em Maceió, a reunião do Comitê da Articulação de Mulheres Brasileiras - Beijing '95, quando será apresentado o texto base preparado por uma comissão de mulheres de São Paulo, para avaliação da Década da Mulher sob o ponto de vista do movimento.

Vera Soares, uma das sete integrantes da comissão de São Paulo, informou ao FÊMEA que o texto a ser discutido em Maceió "tem por objetivo principal subsidiar a preparação de um relatório das mulheres a ser discutido na Conferência Brasileira de Mulheres para Beijing, que será realizada em abril de 1995, no Rio de Janeiro. Optamos por um texto preliminar para orientar a discussão de todas as mulheres organizadas nas mais variadas formas, e interessadas em participar do processo de construção coletiva de um relatório de avaliação da década. É, portanto, um texto norteador das discussões e aberto às diversas contribuições".

"Queremos construir um relatório que incorpore a diversidade das formas de organização e das experiências e conquistas dos

movimentos de mulheres no Brasil. Assim, para cada item, propomos uma introdução ao assunto e sugerimos questões que visam organizar o relato, de modo que cada fórum estadual, cada organização feminista, cada lugar onde as mulheres estejam organizadas, possa se incorporar a um roteiro coletivo. Nosso desejo é que, na Conferência do Rio, possamos escrever um texto-memória, com uma avaliação de tudo o que fizemos nestes anos, um balanço das nossas conquistas e um relato da nossa percepção da atuação dos governos em suas diversas instâncias, e um conjunto de propostas que apontem perspectivas para o nosso movimento para este final de século".

Vera Soares diz ainda que, "depois da reunião de Maceió, as mulheres terão um roteiro recheado para discussão nos seus estados, nos seus lugares de organização, e uma demanda para que sistematizem suas experiências significativas, que ações e políticas governamentais foram relevantes para as mulheres etc. O documento mesmo, só estará concluído quando terminarmos nossa Conferência", afirma Vera.

"Construindo um texto com muitas mãos, muitos olhares, muitas cabeças, acho que assim podemos sintetizar o processo de elaboração deste texto, refletindo inclusive o processo de construção das ações da Articulação. Um processo que vai e volta, que parte da contribuição de um grupo, no nosso caso do Fórum de Pernambuco, incorpora a discussão e volta para a roda de novo. É mais demorado, mais lento, mas é o modo que acreditamos que poderemos aglutinar mais mulheres, e criar laços mais fortes entre nós" concluiu Vera Soares.

Organizado pelo Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas, o encontro de Maceió, além de discutir o documento, analisará também os meios e formas de disseminação de informações pela Articulação Nacional, para que o movimento de mulheres - em todo o país, receba informes sobre os eventos de interesse da organização, ficando qualificado para intervir no processo que nos leva a Pequim '95. Outro item importante na pauta é a definição do apoio financeiro à mobilização com vistas à Conferência em cada estado.

Atentado ao pudor

Conselho pune médico tarado

O Conselho de Medicina do Distrito Federal (CRM/DF) decidiu por unanimidade de votos caçar o ginecologista Vasco Rodrigues da Cunha, no último dia 6 de outubro, acusado de atentado violento ao pudor, estupro, assédio sexual, mercantilismo e imperícia. O presidente do Conselho, Antônio Luís Ramalho Campos, explicou que há oito processos contra o ginecologista sendo investigados. A punição teve por base o primeiro dos processos concluídos, em que as vítimas eram duas sobrinhas do médico, que na época do crime tinham 14 e 16 anos de idade.

As vítimas, acompanhadas dos pais e do advogado, e o acusado, também com advogado, foram ouvidas durante a sessão do

Conselho, formado por 20 integrantes, mais o presidente, que só vota quando há empate. O ginecologista tarado, que atendia em clínica particular instalada dentro

Acusações: atentado violento ao pudor, estupro, assédio sexual, mercantilismo e imperícia

do Hospital Golden Garden, em bairro nobre de Brasília, fez sua própria defesa. Vasco Rodrigues da Cunha, mesmo caçado pelo CRM/DF, pode continuar clinicando

porque a punição só será confirmada se o Conselho Nacional de Medicina mantiver a decisão e a Justiça fizer o mesmo, o que pode se estender, no mínimo, por mais seis meses, porque há o recesso do Judiciário em dezembro.

Na Delegacia da Mulher (DM), informa a delegada Débora Menezes, há mais de 30 denúncias contra o médico, desde que a primeira foi formulada por uma estudante que sofreu assédio sexual e tornou o caso público. Mas, a maioria dos casos aconteceu há muitos anos e o crime prescreveu. Sete denúncias foram investigadas e confirmadas pela DM, que encaminhou os processos ao Ministério Público. Em cinco destes casos, o Ministério já ofereceu denúncia contra o ginecologista.

ACONTECE

1- **"Aprendendo a conviver"**, este foi o nome do laboratório realizado de 23 a 28 de outubro, em Brasília. Promovido e realizado pela Rede Mulher, com patrocínio do UNIFEM, co-participação da CooViva/DF. O evento que contou com a efetiva contribuição da Escola de Mulheres para a Educação Ambiental, representa a conclusão de projeto desenvolvido durante três anos (1992-1994) trabalhando temas como extrativismo, produção e consumo de alimentos, biodiversidade, ecologia interior, capacitação para o uso dos meios de comunicação - tudo isso sob a ótica de gênero. No ocasião, foram lançadas as publicações "Um outro jeito de ser", "Alfabetização ecológica" e "Catálogo de Vídeos"; houve a exibição de quatro *curtas* sobre a realidade da mulher e a apresentação da história "O catavento", pelo grupo Teatro de Bonecos.

2- **Subsídios INESC.** Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) lançou, no final de setembro, mais um número da revista "Subsídios- texto para reflexão e estudo". Esta última edição traz dois textos: "Proteção do Meio Ambiente e Eliminação da Miséria e da

Fome", de Maristela Bezerra Bernardo, e "Meio Ambiente, fome e miséria- um caso do Cerrado Mineiro", assinado por frei Rodrigo de Castro Amédée Péret. Interessados em obter a publicação podem escrever para o Inesc: SCS - Q. 08, Bl. B-60, salas 433/441-Edifício Venâncio 2.000, CEP 70333-970, Brasília/DF. Fone (061) 226.8093; fax (061) 226.8042.

3- **"Direitos Reprodutivos- Uma Questão de Cidadania"** é o nome da última publicação lançada pelo CFEMEA. Com 49 páginas, o livro é um subsídio à discussão do Projeto de Lei sobre Planejamento Familiar, em tramitação no Congresso. Contém artigos da socióloga Maria Betânia de Melo Ávila e da demógrafa Elza Berquó. Quem quiser o livro é só escrever, para o CFEMEA a distribuição é gratuita.

4- **"Direito ao aborto"**: a data latino-americano e caribenha pela discriminação do aborto foi 28 de setembro, mas a campanha continua. A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos está *puxando* a Campanha Pelo Direito ao Aborto no país, com manifestações e debates em vários estados.

ACONTECE

1- **"I Mostra de Filmes"**, promoção do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher, do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Para o dia 25 de novembro, sexta-feira, está confirmada a exibição do filme "Eternamente Pagú", produzido e dirigido por Norma Bengell. Será na Sala de Vídeo da Biblioteca Central da Universidade, às 15 horas.

2- **Seminário.** O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a United State



Mulher de quilombo: Resistência negra.

Agency for International Development (USAID) e o Programa de Fortalecimento Institucional e Capacitação



Logomarca da "Mostra"

de Organizações não Governamentais (FICONG) realizam no Rio de Janeiro o "Seminário Financiamento de Programas e Projetos para o Desenvolvimento e a Redução da Pobreza", de 26 a 28 de outubro na sede do próprio IBAM: Largo o IBAM, nº 1. O CFEMEA participa do evento e fará uma exposição durante a apresentação do painel "Experiências das ONGs tomadoras de financiamentos".

3- **Consciência negra.** De 24 a 27 de outubro, acontece em Brasília o "Seminário Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos". O evento faz parte das comemorações do "20 de Novembro"- Dia da consciência negra, e de "Zumbi dos Palmares". O seminário será realizado na Escola Fazendária, Estrada de Unaí, km-04. Maiores informações com a Fundação Palmares, em Brasília, através do telefone (061) 226.7613.